



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL  
GERÊNCIA DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL**

# **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

**X**

## **GASTOS COM PESSOAL**

**NOVEMBRO/2007 A OUTUBRO/2008**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
**DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**  
**GERÊNCIA DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL**

---

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
Luiz Henrique da Silveira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA  
Sérgio Rodrigues Alves

DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL  
Wanderlei Pereira das Neves

GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL  
Graziéla Luiza Meinheim

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DOS  
RELATÓRIOS:

Andréa Terezinha Vitali – Contadora da Fazenda Estadual  
Graziéla Luiza Meinheim – Contadora da Fazenda Estadual  
Tatiana Borges – Contadora da Fazenda Estadual



**PORTARIA Nº 181/GABS/SEF, 19/11/2008.<sup>1</sup>**

Torna Público o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo da Despesa com Pessoal – por Poder e Órgão, do período de novembro/2007 a outubro/2008.

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 74, parágrafo único, inciso I da Constituição Estadual, **TORNA PÚBLICO** o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo da Despesa com Pessoal – por Poder e Órgão, do período de novembro/2007 a outubro/2008, em cumprimento à Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

SÉRGIO RODRIGUES ALVES  
Secretário de Estado da Fazenda

<sup>1</sup> Publicada no Diário Oficial do Estado nº 18.494, de 21/11/2008.



**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**Período de referência: Novembro de 2007 a Outubro de 2008**

Especificação	Limite Legal	Limite Prudencial (95% do Limite Legal)	Limite de Alerta (90% do Limite Legal)	ANÁLISE EM RELAÇÃO AO LIMITE LEGAL			
				Conforme LRF		Conforme Decisão TCE/SC nº 1173/2005 <sup>1</sup>	
				VALOR	%	VALOR	%
Receita Corrente Líquida <sup>2</sup>				9.698.406.513,54		9.698.406.513,54	
<b>Total da Despesa com Pessoal para Fins de A puração do Limite<sup>3</sup></b>	<b>60%</b>	<b>57%</b>	<b>54%</b>	<b>4.674.453.230,42</b>	<b>48,20</b>	<b>4.568.292.199,15</b>	<b>47,10</b>
<b>Despesa com Pessoal - por Poder e Órgão:</b>							
<b>Poder Executivo</b>	<b>49%</b>	<b>46,55%</b>	<b>44,10%</b>	<b>3.702.888.684,77</b>	<b>38,18</b>	<b>3.702.888.684,77</b>	<b>38,18</b>
<b>Poder Legislativo<sup>4</sup></b>	<b>3%</b>	<b>2,85%</b>	<b>2,70%</b>	<b>258.078.240,73</b>	<b>2,66</b>	<b>234.975.462,01</b>	<b>2,42</b>
<b>Assembléia Legislativa</b>	<b>2,20%</b>	<b>2,09%</b>	<b>1,98%</b>	<b>186.611.618,67</b>	<b>1,92</b>	<b>171.936.988,53</b>	<b>1,77</b>
Despesa com pessoal conforme a LRF				186.611.618,67		186.611.618,67	
(-) Cota Previdência Servidor				-	-	7.051.958,40	-
(-) Cota Previdência Patronal				-	-	7.622.671,74	-
<b>Tribunal de Contas</b>	<b>0,80%</b>	<b>0,76%</b>	<b>0,72%</b>	<b>71.466.622,06</b>	<b>0,74</b>	<b>63.038.473,48</b>	<b>0,65</b>
Despesa com pessoal conforme a LRF				71.466.622,06		71.466.622,06	
(-) Cota Previdência Servidor				-	-	4.186.824,33	-
(-) Cota Previdência Patronal				-	-	4.241.324,25	-
<b>Poder Judiciário</b>	<b>6%</b>	<b>5,70%</b>	<b>5,40%</b>	<b>535.752.117,70</b>	<b>5,52</b>	<b>476.563.567,56</b>	<b>4,91</b>
Despesa com pessoal conforme a LRF				535.752.117,70		535.752.117,70	
(-) Cota Previdência Servidor				-	-	25.827.949,22	-
(-) Cota Previdência Patronal				-	-	33.360.600,92	-
<b>Ministério Público</b>	<b>2%</b>	<b>1,90%</b>	<b>1,80%</b>	<b>177.734.187,22</b>	<b>1,83</b>	<b>153.864.484,81</b>	<b>1,59</b>
Despesa com pessoal conforme a LRF				177.734.187,22		177.734.187,22	
(-) Cota Previdência Servidor				-	-	11.259.881,68	-
(-) Cota Previdência Patronal				-	-	12.609.820,73	-

FONTE: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida e Comparativo da Despesa Empenhada, Liquidada e Paga.

Notas Explicativas:

<sup>1</sup>A Lei Complementar Estadual nº 412/2008, que organiza o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, dentre outras providências, revogou a Lei Complementar nº 286/2005, que norteava a Decisão TCE nº 1773/2005. Esta Decisão determina a exclusão das contribuições previdenciárias patronais e dos servidores repassadas pelos Poderes e Órgãos ao RPPS/SC da base de cálculo dos Gastos com Pessoal, tendo em vista que os Poderes pagavam seus inativos com recursos próprios. A partir da Lei Complementar nº 412/2008 o IPREV passou a descentralizar seus recursos diretamente arrecadados e recursos provenientes da insuficiência financeira para que os Poderes e Órgãos efetuassem o pagamento dos inativos. Dessa forma, a partir do mês de agosto do corrente, em observância ao art. 19, § 1º, VI da Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe que não devem ser computadas as despesas com inativos custeados por recursos arrecadados pelo RPPS, foram deduzidas as despesas com inativos custeadas com recursos do IPREV repassados aos Poderes, deixando-se de considerar a Decisão TCE nº 1173/2005, ou seja, de deduzir as contribuições repassadas pelos Poderes e Órgãos ao RPPS/SC.

Salienta-se que a apuração do Gasto com Pessoal inclui o mês de referência e os onze imediatamente anteriores. Assim, para os meses anteriores ao mês de agosto de 2008 a Decisão ainda prevalece.

<sup>2</sup>A base de apuração da Receita Corrente Líquida considera as receitas arrecadadas nos últimos doze meses. Dessa forma, ressalta-se que no mês de outubro de 2007 houve o ingresso de receita decorrente da antecipação pela União de parcelas dos Títulos da Federalização do IPESC, no valor de R\$ 275 milhões, fazendo com que a Receita Corrente Líquida daquele mês apresentasse um valor acima da média mensal. Este valor foi utilizado pelo IPESC para o pagamento de Inativos nos meses de outubro a dezembro de 2007. Em virtude do disposto no art. 19, inciso VI, da LRF, as Aposentadorias e Pensões pagas com recursos diretamente arrecadados pelo RPPS não devem ser computadas no gasto com pessoal. Dessa forma, se desconsiderarmos a receita com a antecipação dos Títulos e as despesas custeadas com estes recursos, o percentual da Despesa com Pessoal do Poder Executivo passaria para 40,06%.

<sup>3</sup>Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Despesa Total com Pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e os pensionistas com quaisquer **espécies remuneratórias**. Dessa forma, não foram incluídas no cálculo as despesas com a Obrigação Patronal do Plano de Saúde dos Servidores Estaduais e os valores referentes a verbas indenizatórias, como diárias, auxílio alimentação e auxílio moradia. Também não foram consideradas as despesas com Serviços Terceirizados, liquidadas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra.

<sup>4</sup>O limite do Poder Legislativo (3%) deve ser repartido entre a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros anteriores ao ato da publicação da LRF (art. 20, § 1º).

Florianópolis, 19 de novembro de 2008

SÉRGIO RODRIGUES ALVES  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES  
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADOR CRCSC Nº 15.874/O

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL  
CONTADORA CRCSC Nº 25.039/O-2



DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - POR PODER E ÓRGÃO  
NOVEMBRO DE 2007 A OUTUBRO DE 2008

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

ESPECIFICAÇÃO	nov/07	dez/07	jan/08	fev/08	mar/08	abr/08	mai/08	jun/08	jul/08	ago/08	set/08	out/08	TOTAL
<b>Poder Legislativo</b>	<b>16.182.569,60</b>	<b>25.081.630,96</b>	<b>19.416.448,03</b>	<b>17.261.647,27</b>	<b>18.705.300,93</b>	<b>16.969.574,61</b>	<b>17.608.890,71</b>	<b>22.962.909,63</b>	<b>17.893.491,72</b>	<b>20.777.700,54</b>	<b>20.651.915,38</b>	<b>21.463.382,63</b>	<b>234.975.462,01</b>
<b>Assembleia Legislativa</b>	<b>11.799.943,88</b>	<b>17.940.485,33</b>	<b>14.134.553,51</b>	<b>12.722.777,84</b>	<b>14.012.390,90</b>	<b>12.423.262,18</b>	<b>12.922.332,25</b>	<b>16.565.636,33</b>	<b>12.973.074,82</b>	<b>16.134.450,52</b>	<b>15.086.914,57</b>	<b>15.221.166,40</b>	<b>171.936.988,53</b>
<b>Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)</b>	<b>13.138.732,08</b>	<b>21.610.637,59</b>	<b>14.207.122,50</b>	<b>14.052.664,97</b>	<b>15.371.472,98</b>	<b>14.374.876,54</b>	<b>14.880.673,32</b>	<b>18.551.622,01</b>	<b>14.959.567,43</b>	<b>16.172.989,91</b>	<b>15.102.749,27</b>	<b>15.235.195,84</b>	<b>187.658.304,44</b>
Pessoal Ativo	9.899.332,05	16.764.008,31	10.957.389,38	10.693.986,01	11.282.295,60	10.971.385,43	11.447.647,68	14.197.206,15	11.478.083,62	12.674.517,67	11.552.745,19	11.647.459,86	143.566.056,96
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.239.400,03	4.846.629,28	3.249.733,12	3.358.678,96	4.089.177,38	3.403.491,11	3.433.025,64	4.354.415,86	3.481.483,81	3.498.472,24	3.550.004,08	3.587.735,98	44.092.247,49
Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)</b>	<b>1.338.788,20</b>	<b>3.670.152,26</b>	<b>72.568,99</b>	<b>1.329.887,13</b>	<b>1.359.082,08</b>	<b>1.951.614,36</b>	<b>1.958.341,07</b>	<b>1.985.985,68</b>	<b>1.986.492,61</b>	<b>38.539,39</b>	<b>15.834,70</b>	<b>14.029,44</b>	<b>15.721.315,91</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	19.146,63	15.192,03	58.936,91	57.881,06	80.739,58	79.032,95	95.076,21	90.954,41	83.975,24	19.998,81	6.435,26	2.766,67	610.135,76
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	153.322,50	68.396,05	13.632,08	50.048,41	30.167,46	50.052,94	16.496,97	7.084,72	8.146,09	18.540,58	9.399,44	11.262,77	436.550,01
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.166.319,07	3.586.564,18	-	1.221.957,66	1.248.175,04	1.822.528,47	1.846.767,89	1.887.946,55	1.894.371,28	-	-	-	14.674.630,14
<b>Tribunal de Contas</b>	<b>4.382.625,72</b>	<b>7.141.145,63</b>	<b>5.281.894,52</b>	<b>4.538.869,43</b>	<b>4.692.910,03</b>	<b>4.546.312,43</b>	<b>4.686.558,46</b>	<b>6.397.273,30</b>	<b>4.920.416,90</b>	<b>4.643.250,02</b>	<b>5.565.000,81</b>	<b>6.242.216,23</b>	<b>63.038.473,48</b>
<b>Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)</b>	<b>5.044.726,17</b>	<b>11.735.384,18</b>	<b>5.936.913,29</b>	<b>5.223.374,91</b>	<b>5.661.657,83</b>	<b>5.507.753,39</b>	<b>5.682.090,78</b>	<b>7.391.173,20</b>	<b>8.395.096,43</b>	<b>5.858.219,99</b>	<b>7.530.862,17</b>	<b>6.694.420,59</b>	<b>80.661.672,93</b>
Pessoal Ativo	3.329.700,25	7.671.478,59	4.232.366,10	3.449.180,59	3.810.247,08	3.729.889,47	3.852.792,50	4.987.141,19	5.589.452,06	4.036.013,53	4.630.395,16	4.783.093,13	54.101.749,65
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.715.025,92	4.063.905,59	1.704.547,19	1.774.194,32	1.851.410,75	1.777.863,92	1.829.298,28	2.404.032,01	2.805.644,37	1.822.206,46	2.900.467,01	1.911.327,46	26.559.923,28
Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)</b>	<b>662.100,45</b>	<b>4.594.238,55</b>	<b>655.018,77</b>	<b>684.505,48</b>	<b>968.747,80</b>	<b>961.440,96</b>	<b>995.532,32</b>	<b>993.899,90</b>	<b>3.474.679,53</b>	<b>1.214.969,97</b>	<b>1.965.861,36</b>	<b>452.204,36</b>	<b>17.623.199,45</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	7.019,61	3.178.931,96	194,66	-	3.603,87	-	-	-	2.372.265,08	-	1.289.017,48	344.018,21	7.195.050,87
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	655.080,84	1.415.306,59	654.824,11	684.505,48	965.143,93	961.440,96	995.532,32	993.899,90	1.102.414,45	1.214.969,97	676.843,88	108.186,15	10.428.148,58
<b>Poder Executivo</b>	<b>228.890.750,03</b>	<b>265.689.484,57</b>	<b>293.991.971,22</b>	<b>299.972.138,86</b>	<b>332.817.778,91</b>	<b>330.904.363,36</b>	<b>327.592.703,26</b>	<b>333.674.110,30</b>	<b>291.065.518,56</b>	<b>322.618.519,28</b>	<b>325.173.876,48</b>	<b>350.497.469,94</b>	<b>3.702.888.684,77</b>
<b>Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)</b>	<b>347.672.988,52</b>	<b>444.312.365,16</b>	<b>340.963.363,81</b>	<b>340.648.383,80</b>	<b>369.855.835,70</b>	<b>376.383.899,69</b>	<b>377.116.780,26</b>	<b>383.561.407,64</b>	<b>370.318.274,74</b>	<b>401.905.706,23</b>	<b>398.260.864,41</b>	<b>400.214.470,78</b>	<b>4.551.214.340,74</b>
Pessoal Ativo	226.342.686,12	287.173.985,15	218.236.972,42	216.011.949,46	244.474.847,56	249.949.888,24	250.552.030,30	255.563.834,26	237.097.621,27	266.237.024,98	262.385.003,97	266.871.482,47	2.980.897.326,20
Pessoal Inativo e Pensionistas	121.330.302,40	156.131.817,01	122.726.391,39	123.969.078,09	124.689.478,16	125.407.607,32	125.909.846,82	126.696.019,44	132.895.479,25	134.683.709,29	134.885.668,44	133.342.988,31	1.562.668.385,92
Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização	-	1.006.563,00	-	667.356,25	691.509,98	1.026.404,13	654.903,14	1.301.553,94	325.174,22	984.971,96	990.192,00	-	7.648.628,62
<b>Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)</b>	<b>118.782.238,49</b>	<b>178.622.880,59</b>	<b>46.971.392,59</b>	<b>40.676.244,94</b>	<b>37.038.056,79</b>	<b>45.479.536,33</b>	<b>49.524.077,00</b>	<b>49.887.297,34</b>	<b>79.252.756,18</b>	<b>79.287.186,95</b>	<b>73.086.987,93</b>	<b>49.717.000,84</b>	<b>848.325.655,97</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	360.167,45	399.954,02	572.080,52	483.841,62	503.912,55	571.076,54	553.734,78	439.733,44	981.103,68	551.714,01	574.194,29	803.830,29	6.795.343,19
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	1.608.682,06	12.565.064,48	-	-	-	-	1.394,67	-	-	-	-	-	14.175.141,21
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados <sup>1</sup>	116.813.388,98	165.657.862,09	46.399.312,07	40.192.403,32	36.534.144,24	44.908.459,79	48.968.947,55	49.447.563,90	78.271.652,50	78.735.472,94	72.512.793,64	48.913.170,55	827.355.171,57
<b>Poder Judiciário</b>	<b>33.995.800,15</b>	<b>57.837.005,72</b>	<b>31.702.331,35</b>	<b>31.446.883,03</b>	<b>31.583.530,42</b>	<b>45.940.100,04</b>	<b>35.872.567,06</b>	<b>39.247.050,71</b>	<b>39.856.439,73</b>	<b>48.957.982,56</b>	<b>20.174.282,27</b>	<b>59.949.594,52</b>	<b>476.563.567,56</b>
<b>Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)</b>	<b>42.270.857,93</b>	<b>69.302.672,23</b>	<b>36.099.892,26</b>	<b>35.913.333,69</b>	<b>38.182.390,77</b>	<b>52.617.599,09</b>	<b>43.035.949,64</b>	<b>47.591.395,50</b>	<b>47.905.586,21</b>	<b>54.355.231,61</b>	<b>44.850.469,98</b>	<b>71.163.651,83</b>	<b>583.289.030,74</b>
Pessoal Ativo	32.270.329,97	55.852.111,53	28.954.610,02	28.759.537,84	31.053.765,35	42.916.770,67	35.512.853,48	38.170.216,92	37.846.505,28	42.852.079,25	37.211.269,07	57.856.743,26	469.256.792,64
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.000.527,96	13.450.560,70	7.145.282,24	7.153.795,85	7.128.625,42	9.700.828,42	7.523.096,16	9.421.178,58	10.059.080,93	11.503.152,36	7.639.200,91	13.306.908,57	114.032.238,10
Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)</b>	<b>8.275.057,78</b>	<b>11.465.666,51</b>	<b>4.397.560,91</b>	<b>4.466.450,66</b>	<b>6.598.860,35</b>	<b>6.677.499,05</b>	<b>7.163.382,58</b>	<b>8.344.344,79</b>	<b>8.049.146,48</b>	<b>5.397.249,05</b>	<b>24.676.187,71</b>	<b>11.214.057,31</b>	<b>106.725.463,18</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	11.634,78	7.760,54	7.967,70	3.477,18	9.940,48	13.870,80	11.185,15	3.516,49	450,48	692,41	4.988,87	-	75.484,88
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	3.464.491,51	2.694.375,57	-	-	-	20.748,29	-	-	-	-	-	19.143.567,83	25.323.183,20
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.798.931,49	8.763.530,40	4.389.593,21	4.462.973,48	6.588.919,87	6.642.879,96	7.152.197,43	8.340.828,30	8.048.696,00	5.396.556,64	5.527.631,01	11.214.057,31	81.326.795,10
<b>Ministério Público</b>	<b>12.327.143,60</b>	<b>8.989.819,96</b>	<b>13.155.301,70</b>	<b>12.954.044,75</b>	<b>12.784.201,92</b>	<b>12.865.226,08</b>	<b>12.781.209,04</b>	<b>13.153.954,60</b>	<b>12.935.125,34</b>	<b>13.116.867,70</b>	<b>15.377.134,56</b>	<b>13.424.455,56</b>	<b>153.864.484,81</b>
<b>Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)</b>	<b>14.935.068,54</b>	<b>20.081.959,79</b>	<b>15.856.185,83</b>	<b>15.642.445,09</b>	<b>16.287.795,48</b>	<b>16.376.173,25</b>	<b>16.381.372,82</b>	<b>18.733.456,69</b>	<b>16.658.913,29</b>	<b>16.851.715,98</b>	<b>23.038.742,47</b>	<b>17.180.823,62</b>	<b>208.024.652,85</b>
Pessoal Ativo	11.507.773,65	13.718.004,77	12.326.291,87	12.132.583,41	12.774.650,24	12.855.434,07	12.806.851,32	14.396.718,77	13.105.695,21	13.326.245,33	17.342.677,57	13.828.269,83	160.121.196,04
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.427.294,89	6.363.955,02	3.529.893,96	3.509.861,68	3.513.145,24	3.520.739,18	3.574.521,50	4.336.737,92	3.553.218,08	3.525.470,65	5.696.064,90	3.352.553,79	47.903.456,81
Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)</b>	<b>2.607.924,94</b>	<b>11.092.139,83</b>	<b>2.700.884,13</b>	<b>2.688.400,34</b>	<b>3.503.593,56</b>	<b>3.510.947,17</b>	<b>3.600.163,78</b>	<b>5.579.502,09</b>	<b>3.723.787,95</b>	<b>3.734.848,28</b>	<b>7.661.607,91</b>	<b>3.756.368,06</b>	<b>54.160.168,04</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	709.481,82	6.934.728,46	757.607,22	767.567,02	755.596,03	773.759,39	854.310,66	2.657.001,22	927.589,56	478.304,49	5.694.944,42	1.525.513,62	22.836.403,91
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.898.443,12	4.157.411,37	1.943.276,91	1.920.833,32	2.747.997,53	2.737.187,78	2.745.853,12	2.922.500,87					



DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - POR PODER E ÓRGÃO  
NOVEMBRO DE 2007 A OUTUBRO DE 2008

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

ESPECIFICAÇÃO	nov/07	dez/07	jan/08	fev/08	mar/08	abr/08	mai/08	jun/08	jul/08	ago/08	set/08	out/08	TOTAL
<b>Consolidado (Total Geral do Estado)</b>	<b>291.396.263,38</b>	<b>357.597.941,21</b>	<b>358.266.052,30</b>	<b>361.634.713,91</b>	<b>395.890.812,18</b>	<b>406.679.264,09</b>	<b>393.855.370,07</b>	<b>409.038.025,24</b>	<b>361.750.575,35</b>	<b>405.471.070,08</b>	<b>381.377.208,69</b>	<b>445.334.902,65</b>	<b>4.568.292.199,15</b>
<b>Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)</b>	<b>423.062.373,24</b>	<b>567.043.018,95</b>	<b>413.063.477,69</b>	<b>411.480.202,46</b>	<b>445.359.152,76</b>	<b>465.260.301,96</b>	<b>457.096.866,82</b>	<b>475.829.055,04</b>	<b>458.237.438,10</b>	<b>495.143.863,72</b>	<b>488.783.688,30</b>	<b>510.488.562,66</b>	<b>5.610.848.001,70</b>
Pessoal Ativo	283.349.822,04	381.179.588,35	274.707.629,79	271.047.237,31	303.395.805,83	320.423.367,88	314.172.175,28	327.315.117,29	305.117.357,44	339.125.880,76	333.122.090,96	354.987.048,55	3.807.943.121,48
Pessoal Inativo e Pensionistas	139.712.551,20	184.856.867,60	138.355.847,90	139.765.608,90	141.271.836,95	143.810.529,95	142.269.788,40	147.212.383,81	152.794.906,44	155.033.011,00	154.671.405,34	155.501.514,11	1.795.256.251,60
Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização	-	1.006.563,00	-	667.356,25	691.509,98	1.026.404,13	654.903,14	1.301.553,94	325.174,22	984.971,96	990.192,00	-	7.648.628,62
<b>Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)</b>	<b>131.666.109,86</b>	<b>209.445.077,74</b>	<b>54.797.425,39</b>	<b>49.845.488,55</b>	<b>49.468.340,58</b>	<b>58.581.037,87</b>	<b>63.241.496,75</b>	<b>66.791.029,80</b>	<b>96.486.862,75</b>	<b>89.672.793,64</b>	<b>107.406.479,61</b>	<b>65.153.660,01</b>	<b>1.042.555.802,55</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	390.948,86	422.906,59	638.985,13	545.199,86	594.592,61	663.980,29	659.996,14	534.204,34	1.065.529,40	572.405,23	585.618,42	806.596,96	7.480.963,83
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	5.942.997,50	25.441.496,52	771.433,96	817.615,43	789.367,36	844.560,62	872.202,30	2.664.085,94	3.308.000,73	496.845,07	26.136.929,17	1.880.794,60	69.966.329,20
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	125.332.163,50	183.580.674,63	53.387.006,30	48.482.673,26	48.084.380,61	57.072.496,96	61.709.298,31	63.592.739,52	92.113.332,62	88.603.543,34	80.683.932,02	62.466.268,45	965.108.509,52

FONTE: Comparativo da Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga - Relatório SOF652  
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

NOTA:

<sup>1</sup> Nesta linha foram informados os valores das despesas custeadas com recursos diretamente arrecadados pelo RPPS, bem como seu superávit financeiro. Dessa forma, não foram consideradas as despesas custeadas com as fontes 0100, 0300, 0240 e 0260 provenientes de repasses financeiros efetuados ao RPPS.

Florianópolis, 19 de novembro de 2008

SÉRGIO RODRIGUES ALVES  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES  
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADOR CRCSC Nº 15.874/O

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL  
CONTADORA CRCSC Nº 25.039/O-2